

# AMP aposta na comunicação para defender a promotoria

/ MINISTÉRIO PÚBLICO

Rodrigo Stolzmann  
rodrigost@jcrs.com.br

Para o biênio de 2024-2026, um novo nome surgiu na presidência da Associação do Ministério Público (AMP). Fernando Andrade Alves, promotor de Justiça com mais de dez anos de casa, assumiu o cargo e suas incumbências. De acordo com o dirigente, a comunicação será o principal instrumento e o diferencial da gestão. O presidente, em entrevista exclusiva ao **Jornal da Lei**, discorreu sobre as responsabilidades da entidade, as causas defendidas e as suas dificuldades. Nesse sentido, os ataques sofridos pelo Ministério Público (MP) vieram à tona. O representante, portanto, reiterou o dever da AMP militar em prol dos interesses da classe.

## Jornal da Lei - Quais as responsabilidades da AMP?

**Fernando Andrade Alves** - Estamos dentro de uma associação que tem 83 anos, é a segunda mais antiga do meio jurídico no Brasil, a primeira no Rio Grande do Sul. Aqui, congregamos todas as esferas da carreira do MP, dos promotores de justiça até os pensionistas. Nossa responsabilidade aqui, portanto, é fortalecer a carreira, demonstrando o valor e a importância da função. Precisamos fazer com que a população compreenda o que é e o que faz o MP, como pensa, quem são os promotores de justiça de cada local, o que é a AMP e o que ela faz para defender e representar a entidade.

**JL - Em entrevistas anteriores, o senhor falou sobre ataques que os promotores vêm recebendo. Quais são e de onde eles vêm?**

**Alves** - Dentre as funções do MP, também, está a defesa da probidade administrativa, que é o controle/fiscalização dos gastos públicos a fim de evitar a corrupção. Ocorre que a lei foi muito desidratada há alguns anos. Hoje, temos uma legislação que pune menos do que antes, o que dificulta a atuação dos órgãos de fiscalização. Trata-se de uma represália. E nessa mesma linha, a lei do abuso de autoridade foi aprovada. Ela impede que se fale sobre processos e que exerçamos adequadamente a nossa função. Isso em prol da proteção dos investigados.



Alves assumiu a presidência da associação para o biênio 2024-2026

Essa proteção tem que haver, mas nós também queremos que o trabalho do Ministério Público não seja impedido ou prejudicado. No momento, existem mais de mil iniciativas legislativas que tentam retirar mais atribuições no MP, ou seja, limitar sua atuação.

**JL - Como pretende lidar com esses ataques durante o seu mandato?**

**Alves** - Através da comunicação. Os ataques, quando acontecem, não são direcionados à pessoa do promotor de justiça, mas sim a uma atuação. Então, nós, como entidade, militamos politicamente. Não podemos deixar que transmitam ideias que ofendam ou prejudiquem o MP sem que ofereçamos um contraponto. Para isso, contamos com o apoio da imprensa séria. A entidade quer muito informar. Muitas vezes, algum projeto de lei é encaminhado sem uma discussão adequada. Então, acabamos indo ao encontro dos deputados, esclarecemos a eles, e apresentamos a nossa visão sobre determinada medida.

**JL - Quais são as mudanças pretendidas em relação à gestão passada?**

**Alves** - Queremos ensinar como funciona a interlocução, tanto da AMP com o Parlamento, quanto da AMP com a comunidade civil organizada, com a administração do MP e outras entidades. Queremos que os nossos colegas possam percebê-la como um lugar de interação e debate. É no entrelaçamento de ideias que poderemos chegar a soluções inovadoras e plurais para os problemas que já conhecemos. E no que se refere à interlocução externa, queremos ser vistos como fonte de informação, como aqueles que detêm a

possibilidade de esclarecer fatos jurídicos e não que envolvam a atribuição do MP. A nossa marca será justamente a presença. Queremos estar presentes, tanto na vida dos nossos associados quanto na vida de outras entidades e da imprensa.

**JL - O senhor, em uma declaração recente, falou sobre prestar um atendimento mais individualizado aos associados. Como pretende fazer isso?**

**Alves** - Precisamos fazer com que os promotores de justiça se sintam acolhidos. Esse acolhimento pressupõe a oportunidade de falar de um para um. Temos aqui 1.050 associados. Conhecemos todos pelo nome, sabemos quem são, onde moram, onde trabalham e com quem se relacionam. Eles precisam saber que podem contar conosco. Nosso objetivo é fazer que se sintam pertencentes a esse grande grupo e, é claro, representados.

**JL - Quais as principais lutas e dificuldades que serão enfrentadas daqui para frente?**

**Alves** - O MP-RS acaba não conseguindo alcançar alguns direitos que em outros lugares são realidade. Portanto, temos que lutar para que consigamos acessar aquilo que é reconhecido nacionalmente como direito da nossa carreira. Inclusive, para que possamos reter os talentos, para que eles não queiram ir para outros lugares. Trabalhamos justamente para que eles possam exercer o seu trabalho sem questionar se estão recebendo tudo aquilo que lhes é de direito. Afinal, essa é a nossa função: fazer com que se sintam absolutamente representados. Não podemos abrir mão de nenhum direito ou atribuição, porque é no nosso agir, que nos fortalecemos. A nossa legitimidade vem do trabalho.

## Opinião

### Acerto entre sócios: a garantia de sobrevivência do negócio

Matheus Martins

O ecossistema empreendedor, especialmente no contexto das startups, é marcado por desafios e incertezas. Dentre os diversos fatores que podem influenciar o sucesso ou fracasso de um empreendimento, o alinhamento entre os sócios se destaca como uma base fundamental. A falta de acordo de governança formalizado pode gerar conflitos internos, prejudicando a tomada de decisões e, conseqüentemente, o crescimento da empresa.

Segundo levantamento do Sebrae, em 2020, questões entre sócios foram responsáveis por 2,7% do fechamento das corporações. Essa realidade, observada na prática, evidencia a necessidade de estabelecer, desde o início do negócio, um conjunto de regras claras e transparentes que regulem a relação entre os parceiros.

A formalização de acordos de governança pode englobar diversos aspectos, como a definição de metas pessoais e prazos para alcançá-las, a distribuição de capital, a estrutura de tomada de decisões, a remuneração dos fundadores e a resolução de conflitos, entre outros pontos relevantes.

Ao discutir e documentar as perspectivas, responsabilidades e direitos de cada sócio, o negócio cria um meio jurídico que pode ser acionado em situações de di-

vergência ou imprevistos. Além disso, contar com o apoio de profissionais especializados, como advogados com experiência em direito societário, permite que os fundadores considerem diferentes cenários e adotem soluções personalizadas, adequadas às necessidades da organização.

Alguns questionamentos podem ser feitos durante a parceria, entre eles: quais são os objetivos pessoais; os prazos que cada um definiu para atingir essas metas; os objetivos individuais para impulsionar o crescimento da startup; o que cada um irá contribuir para o negócio; quanto de capital cada um está aportando; qual será a utilização do capital; qual a participação (%) de cada um; e quais critérios determinam a manutenção ou a perda da participação.

Ao tratar de questões como metas pessoais, prazos, distribuição de capital, tomada de decisões, remuneração, resolução de conflitos, entre outros, os fundadores têm a chance de construir bases sólidas para o crescimento da empresa, evitar potenciais conflitos e atrair investidores. A colaboração e o suporte de profissionais especializados são fatores determinantes para a expansão de uma empresa, independente do estágio em que ela se encontra.

Advogado da Barcelos Martins Advogados

## NOTAS

• Nas sextas-feiras dos meses de janeiro e fevereiro de 2025, o Poder Judiciário do Rio Grande do Sul funciona em horário especial. Nesse dia, o expediente em todo o estado ocorre das 8h às 15h, de forma ininterrupta, mantendo-se os respectivos serviços jurisdicionais sob regime de plantão, e sem prejuízo das audiências e sessões designadas.

• No dia 29 de janeiro, a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS) promoverá o seminário "Dia Nacional da Visibilidade Trans – Defensoria Pública e Promoção dos Direitos Humanos", em alusão à data. O evento é aberto ao público e ocorrerá no auditório da sede da DPE/RS, às 15h30min. Inscrições pelo e-mail: [nu-diversi@defensoria.rs.def.br](mailto:nu-diversi@defensoria.rs.def.br).

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

SKO  
OYARZÁBAL  
MARCAS & PATENTES S/C  
Ética • Dinamismo • Confiabilidade

[www.sko.com.br](https://www.sko.com.br) | 51 3342.9323